

# ACERCA DO DIÁLOGO ENTRE O ORIENTE E O OCIDENTE

*Miguel de Salis Amaral\**

## Resumo

O autor faz um diálogo com a obra de Jean Meyer, intitulada *La gran controversia. Las Iglesias católicas y ortodoxas de lãs origines a nuestros días*, publicado no México. A obra citada versa sobre o grande cisma com o Oriente do ponto de vista histórico, sobre a qual o articulista faz várias observações históricas e teológicas, em vista de um maior diálogo ecumênico.

PALAVRAS-CHAVE: Ecumenismo. Oriente. Jean Meyer. Cisma Oriental.

## Abstract

*The author dialogue with the work of Jean Meyer, entitled La gran controversia. Las Iglesias católicas y ortodoxas de las origines a nuestros días, published in Mexico. The argument of the book is the Great Schism with the East from the historical point of view. Evaluating this book the Author makes some historical and theological remarks in order to improve an ecumenical dialogue.*

KEYWORDS: *Ecumenism. East. Jean Meyer. Eastern Schism.*

O pensador russo Vladimir Solov'ëv chamou de “grande controversia” a uma diferença e debate – um estado de tensão com as suas distinções e pontos em comum – que duram há mais de mil anos entre o Oriente e o Ocidente cristãos; mais concretamente, entre as igrejas ortodoxas e a católica. Além dos temas propriamente dogmáticos que estão envolvidos neste campo, existe um percurso histórico diferente

\* Professor Doutor da Pontifícia Universidade da Santa Cruz, Piazza di Sant' Apollinare, 49, I-00186 ROMA. E-mail: <mdsalis@pusc.it>

e diversificado em cada Igreja, com as suas experiências peculiares, os seus modos de viver a fé e de avaliar as situações que pertencem ao acervo de cada uma. Ao longo de muitos séculos, foi-se assim constituindo um patrimônio histórico específico em cada Igreja que caminhou em paralelo ao de outras e que, por vezes, se manteve e transmitiu às gerações posteriores, sem se fazer um esforço no sentido de perceber a situação dos outros e verificar se era correto aquilo que deles se afirmava.

Se considerarmos, por um instante, o que se passa na sociedade civil, reconhecemos que nos últimos anos temos assistido a um aumento das leis sobre a memória histórica. Os meios de comunicação social costumam reparar principalmente que algumas diretivas proíbem esquecer um determinado fato, propondo comemorações anuais, e outras chegam a castigar quem nega um determinado acontecimento. Porém, há ainda outras medidas menos aparatosas no mesmo campo. Aí estão as emissões de selos, as bolsas para investigar determinados temas escolhidos de antemão, as escolhas de fundo de editoras, a organização de congressos, etc. No movimento ecumênico, a memória e a história são tanto ou mais importantes que na política e na sociedade civil. Por isso, parte deste caminho em direção à unidade dos cristãos concretiza-se no esforço por fazer uma leitura conjunta dos fatos sem cair em falsos irenismos nem impor uma leitura oficial que seria obrigatória a todos. Para alcançar este objetivo é fundamental criar as condições para que uma leitura comum possa ser realizada. Entre tais premissas está, certamente, o acordo em um método histórico que auxilie leitura dos fatos, mas também está a purificação da memória.

Não são muitos os livros em língua portuguesa ou espanhola que tratam do Oriente cristão (em comunhão plena ou imperfeita com Roma). O tema é ainda menos tratado na América Latina, embora nela haja muitas comunidades cristãs oriundas da emigração de países eslavos e do Médio Oriente. Neste artigo vamos concentrar-nos em um livro recentemente publicado no México que não se detém apenas no Oriente, mas se interessa, sobretudo, pelo diálogo entre Oriente e Ocidente<sup>1</sup>. As considerações que acabamos de fazer são suficientes para despertar a curiosidade e cumprimentar o autor e a editora pela iniciativa realizada.

---

<sup>1</sup> MEYER, Jean. *La gran controversia. Las iglesias católica y ortodoxa de los orígenes a nuestros días*. Mexico: Tusquets Editores (“Tiempo de memoria”, nº 57), 2005, p. 126-30.

No ano seguinte à sua publicação no México, a obra foi também publicada em Espanha (julho 2006).

O nosso propósito principal é dialogar, a partir da teologia, com o autor, que é historiador, recolhendo a ocasião da sua entrada no terreno do diálogo ecumênico entre o Oriente e o Ocidente cristãos. Por isso, estas linhas ultrapassam a recensão de carácter informativo. Queremos comentar, avaliar pontos de vista e acrescentar alguns pormenores que poderão vir a ser úteis para o leitor ocidental, principal destinatário desta obra.

## 1 História, teologia e ecumenismo

O autor – de origem francesa e radicado no México – é especialista em História Contemporânea. Concretamente, é um conhecido perito na guerra cristã, que envolveu a população do México durante o pontificado de Pio XI. Há quase 20 anos interessou-se pela Rússia. Daí vem o seu interesse pela Igreja Ortodoxa russa e suas relações com a Igreja católica. Este livro é a sua primeira incursão no complexo mundo do ecumenismo. O seu objetivo é tentar compreender, a partir da história, o que aconteceu ao longo de dois mil anos nas relações Oriente-Occidente, seguindo um percurso cronológico. Não vamos estender-nos no relato dos conteúdos, porque são mais ou menos conhecidos nas suas linhas gerais: a unidade do primeiro milênio e os seus problemas, a substituição do grego pelo latim na parte ocidental do império, o *Filioque* introduzido no símbolo de Nicéia-Constantinopla pela Igreja visigótica para lutar contra as heresias que então assolavam o território da península ibérica, a crise iconoclasta, a coroação de Carlos Magno, o cisma de Fócio, a questão búlgara, etc.; e, no segundo milênio, o cisma de 1054, a questão das investidas, as cruzadas, as várias tentativas de união a partir de Roma, o aparecimento dos greco-católicos rutenos e um longo etcétera, até ao ano 2004. Os temas estão bem-tratados e oferecem uma visão que vai muito para além do relato geral do que ocorreu. A *diferença específica* deste livro está em ter recolhido uma mole imensa de informação e tê-la apresentado em termos bastante acessíveis ao leitor comum, mas sem se tratar de uma simples obra de divulgação.

No que diz respeito à estrutura da obra, convém assinalar que, em alguns momentos, o percurso é interrompido, para voltar atrás, e contar o outro ponto de vista dos acontecimentos. Um exemplo entre muitos: na época posterior ao Concílio de Florença (1438-1442), Meyer realiza a

sua análise a partir de três posições; primeiro, a partir de uma perspectiva ligada à Polônia e à Lituânia; depois, segue o ponto de vista dos greco-católicos que se unem a Roma em Brest (1596); e, finalmente, o modo de ver e viver o mesmo período dos monarcas russos. O mesmo acontece em noutros momentos do relato. Esta opção poderia confundir o leitor em alguns momentos, mas enriquece a leitura dos acontecimentos e parece-nos acertada.

O título do livro está inspirado em “A Grande Controvérsia” de Vladimir Solov’ev (1883), como já nos referimos, uma obra que não necessita de grandes apresentações. O que talvez necessite de algum comentário é o subtítulo do livro: “As igrejas católica e ortodoxa...”, em vez do mais habitual plural “igrejas ortodoxas”. A razão desta passagem do plural ao singular é simples, mas importante: o autor tem a intenção de se colocar entre dois polos do cristianismo. Só nesse sentido se pode falar no singular de uma igreja ortodoxa. Esta forma de apresentar a questão leva o autor a admitir, de algum modo, que a Igreja católica é sinónimo de Igreja ocidental (cf. p. 27). Trata-se de uma opinião bastante comum em alguns setores ortodoxos. O autor usa-a porque simplifica a sua exposição, mas parece estar consciente dos seus limites. Será interessante que os leitores também o tenham em conta e não se deixem levar por este pressuposto. Para dar um exemplo, seria difícil aceitar sem muitas precisões que “a ruptura com Bizâncio foi um elemento da especificidade ocidental”<sup>2</sup>.

Jean Meyer não assume um ponto de vista teológico, mas, sim, histórico. Além disso, “o que se procura – e são palavras suas – é o efeito dos acontecimentos políticos [...] no nosso campo, na ‘grande controvérsia’ entre o Oriente e o Ocidente cristão”<sup>3</sup>. O método do autor consiste em apresentar os acontecimentos, as relações internacionais e a vida própria das igrejas (e do Estado), mostrando como afetaram a *grande controvérsia*. Este modo de proceder dá bons resultados: oferece muitas oportunidades de perceber a complexidade dos assuntos, mostra motivações profundas que ajudam a explicar o que se passou há muitos séculos e proporciona categorias para entender a história recente. Além do mais, a leitura do livro é agradável e fácil. Mas o método usado

<sup>2</sup> MEYER, Jean. *La gran controversia. Las iglesias católica y ortodoxa de los orígenes a nuestros días*, cit., p. 27.

<sup>3</sup> MEYER, Jean. *La gran controversia. Las iglesias católica y ortodoxa de los orígenes a nuestros días*, cit., p. 403, pode ver-se uma afirmação análoga na p. 395, entre outros lugares.

também tem as suas desvantagens. Concretamente, o leitor fica com a impressão de que tudo foi causa ou pretexto para a *grande controvérsia*, razão pela qual o autor tem de lhe ir dando alguns espaços de são ceticismo entre os dados que lhe vai oferecendo. Tudo isto mostra a perícia do autor no uso do método que escolheu.

No final, o historiador francês reconhece que todas as ações empreendidas a favor da união fracassaram, embora evite o desânimo, dizendo-nos que os acontecimentos do presente nem sempre se podem ler como repetições de acontecimentos do passado<sup>4</sup>. O seu explícito repúdio do determinismo histórico (cf. p. 91) abre-lhe a porta à esperança.

Um dos motivos que levou o autor a resistir ao desencanto em face da repetição de controvérsias ao longo dos séculos foi a constatação de que o contexto de tais aparentes reincidências era diferente: “a religião não ocupa o mesmo lugar na mesma sociedade. Na relação não elucidada entre modernidade e cristianismo, entre religião e tradição, entre Oriente e Ocidente, dão-se de repente fenômenos inesperados”<sup>5</sup>. Esta afirmação parece-nos de grande interesse porque aponta o modo como a Igreja se vê no mundo e perante as formas concretas de organização social. A compreensão que a Igreja tem do seu lugar e missão na sociedade não é a mesma de há mil anos e agora. Meyer considera evidente este aspecto, afirma-o de vez em quando, mas não sabemos até que ponto o levou em consideração ao longo do discurso. Parece-nos que preferiu dedicar a sua atenção à transmissão da memória cultural das duas sensibilidades e à perpetuação dos preconceitos, que se podem rever e purificar, ou perpetuar acriticamente. Além disso, assinala que os elementos que antes não foram impedimento para a unidade subsistem hoje como então.

Hoje em dia, olha-se para a relação entre o Oriente e o Ocidente à luz do ecumenismo, e o movimento ecumênico é fruto da ação do Espírito Santo, como dizia a Instrução *Ecclesia Catholica* (20-12-1949)<sup>6</sup>. Por isso, a abertura a um futuro otimista não se baseia tanto na supressão dos métodos do passado – por exemplo, o mal chamado de “unia-tismo” – como em uma renovada conversão de todos os fiéis a Cristo

<sup>4</sup> *Idem, ibidem*, p. 462s.

<sup>5</sup> “La religión no ocupa el mismo lugar en la sociedad. En la relación no elucidada entre modernidad y cristianismo, entre religión y tradición, entre Oriente y Occidente, se dan de repente fenómenos inesperados” Jean MEYER, *op. cit.*, p. 462

<sup>6</sup> Cf. S. CONGR. SANTO OFÍCIO, Instr. *Ecclesia Catholica* (20-XII-1949), in AAS 42 (1950) 142.

(cf. Decr. *Unitatis Redintegratio*, nº 7)<sup>7</sup>: tanto daqueles que respiram uma atmosfera ocidental como dos que respiram a oriental. Quando falamos de conversão queremos dizer *metánoia*, “mudança no modo de pôr a questão ou no modo de ver”. Será necessário perguntarmo-nos se os cristãos do Oriente e do Ocidente não nos comportamos, por vezes, como os fariseus, ao dar tanta importância à lei, ao processo pelo qual nos “justificamos”. Aplicando a questão ao diálogo Oriente-Ocidente, é necessário dizer que não basta avaliar os vários métodos que se usaram na história, nem pensar que a mera situação geopolítica atual, com tantos ortodoxos emigrados no Ocidente, é suficiente para descobrir um futuro melhor. Seria uma miragem, como as anteriores denunciadas pelo autor ao longo do livro. Não existe uma fórmula que suprima os preconceitos e a mediação cultural. Se Meyer procurasse na história a chave para solucionar esta *grande controversia*, teria razões de sobra para estar desiludido<sup>8</sup>. Ele não está sem esperança, e nós também não, mas a sua metodologia não lhe permite sair desta aproximação histórica e, por isso, ao fazer a avaliação final, nada mais pode fazer do que assinalar um espaço aberto, que o leitor deverá avaliar<sup>9</sup>. Meyer percebe que a história o leva mais além, a elevar o olhar para uma instância superior que não se

<sup>7</sup> “Não há verdadeiro ecumenismo sem conversão interior. É que os anseios de unidade nascem e amadurecem a partir da renovação da mente, da abnegação de si mesmo e da libérrima efusão da caridade. Por isso, devemos implorar do Espírito divino a graça da sincera abnegação, humildade e mansidão em servir, e da fraterna generosidade para com os outros. “Portanto – diz o Apóstolo das gentes – eu, prisioneiro no Senhor, rogo-vos que vivais de modo digno da vocação a que fostes chamados, com toda a humildade e mansidão, com paciência, suportando-vos uns aos outros em caridade, e esforçando-vos solícitamente por conservar a unidade do Espírito no vínculo da paz” (Ef. 4,1-3). Esta exortação visa sobretudo àqueles que foram elevados à sagrada Ordem na intenção de que seja continuada a missão de Cristo, que entre nós “não esteve para ser servido, mas para servir” (Mt. 20,28) [...] Lembrem-se todos os cristãos de que tanto melhor promoverão e até realizarão a união dos cristãos quanto mais se esforçarem por levar uma vida mais pura, de acordo com o Evangelho. Porque, quanto mais unidos estiverem em comunhão estreita com o Pai, o Verbo e o Espírito, tanto mais íntima e facilmente conseguirão aumentar a fraternidade mútua» CONCÍLIO VATICANO II, Decr. *Unitatis redintegratio*, n. 7.

<sup>8</sup> Cfr. Jean MEYER, *La gran controversia. Las iglesias católica y ortodoxa de los orígenes a nuestros días*, cit., p. 462.

<sup>9</sup> “Aprendí sobre la marcha que no debemos resolver el enigma del presente como avatar del pasado, que no debemos ver todo como una resurrección permanente: no hay un Occidente eterno ni un Oriente inmutable [...] le doy razón a Sir Steven Runciman, citado al principio de este libro: ‘Of all the roads that a historian may tread, non passes through more difficult country than that of religious history. To a believer religious truths are eternal’.” Jean MEYER, *op. cit.*, p. 463.

pode captar totalmente com as categorias humanas: a liberdade de Deus e a dos homens. Por isso começa e acaba o livro com uma confissão: a história religiosa é mais difícil de fazer.

Há que agradecer ao autor o esforço desenvolvido para aproximar do grande público a riqueza de pontos de vista que normalmente só é conhecida por poucos especialistas. Ao mesmo tempo, embora consigamos uma melhor percepção daquilo que aconteceu, não será a *gnose* (o conhecimento) a levar os cristãos à união entre o Oriente e o Ocidente. O conhecimento mútuo facilitará o caminho, sem dúvida, e está em nossas mãos incrementá-lo, e dispormo-nos ativamente à compreensão das razões e pontos de vista dos outros. O livro é um instrumento válido para isso, mas a união ecumênica será um acontecimento de graça, que é imprevisível se se usar apenas a história ou o conhecimento.

## 2 Um passo a mais no diálogo

Depois desta consideração mais teológica, comentaremos algumas passagens do livro que, em nossa opinião, poderiam ser enriquecidas com o diálogo teológico. Quase todas são comentários do autor à vida da Igreja Católica. Nesse sentido, podem convidar a uma reconsideração da nossa memória histórica enquanto base importante para nos compreendermos a nós mesmos e, em segundo lugar, facilitar o diálogo com as igrejas ortodoxas.

No capítulo introdutório, o autor diz que “a diferença no governo da Igreja [é] aquilo que se tornou o principal factor de afastamento”<sup>10</sup>. O afastamento, ou alheamento (em francês *estrangément*), é uma palavra usada com profusão pelo cardeal Yves Congar para explicar o processo que levou, primeiro, a ver o outro polo como algo estranho e, depois, ao cisma do Oriente. Não sabemos até que ponto a diferença no modo de governar é o fator provocante – como diz Meyer –, ou, muito pelo contrário, um efeito de algo mais profundo, que está no nível da cultura e da vida da Igreja dos distintos territórios. Sentimos relutância em pensar que o modo de governar seja suficiente para desencadear a separação ou o afastamento, e consideramos que o autor pensa o mesmo.

---

<sup>10</sup> MEYER, Jean. *La gran controversia. Las iglesias católica y ortodoxa de los orígenes a nuestros días*, p. 45. Traduzimos “estañamiento” por “afastamento”.

Mais adiante, o historiador francês apresenta a doutrina medieval no que diz respeito ao papado e trata da conhecida teoria das duas espadas – chama de a teoria “de los dos cuchillos [facas]”<sup>11</sup> –. Aparecem vários argumentos que pretendem mostrar o reforço da figura do papa. Em um determinado momento do seu discurso, o autor diz que “o papa detém o saber porque detém a verdade, e o saber dá-lhe o poder; é soberano universal porque serve de intermediário, de ‘medium’, entre a sociedade e Deus; por isso ocupa esse lugar estratégico e soberano de encontro entre a verdade e a política”<sup>12</sup> (p.78). A apresentação do papa como um intermediário entre Deus e o Povo é um lugar comum cultural – mais moderno que medieval – que pode ser sugestivo, mas ficou-nos a dúvida sobre a leitura que se há de dar a esta afirmação. É muito diferente lê-la com a mediação das teorias iluministas do Estado, com as categorias que então se usavam para falar daqueles que então tinham algum poder no Ocidente, ou com as categorias que se usavam para designar essas mesmas pessoas no Oriente. Teria sido útil dar uma pista para esclarecer uma afirmação que é, pelo menos, ambígua.

Mais adiante, na mesma página, diz que o papa “deixa de se apresentar como o ‘vigário de S. Pedro’ para se chamar ‘vigário de Cristo’, ou seja, de Deus sobre a Terra”. Na realidade, o título de “vigário de Cristo” era muito comum até as datas que Meyer está a tratar. Atribuía-se ao papa, aos bispos e, até, a alguns príncipes cristãos. Foi só a partir de então que se reservou para o papa. Como se sabe, no Concílio Vaticano II afirmou-se que os bispos governam a porção do povo de Deus que lhes foi confiada como verdadeiros vigários de Cristo<sup>13</sup>. Mais do que uma substituição do título, que já existia e já se usava bastante na Idade Média, talvez o autor tivesse querido referir-se à reserva do título *vigário de Cristo* para o papa.

No contexto da afirmação do papado, Meyer diz que o papa “manda para todos os países delegados ou núncios, que lhe servem de intermediários para tratar com os soberanos, criando, assim, o primeiro

<sup>11</sup> Cf. Jean MEYER, *La gran controversia. Las iglesias católica y ortodoxa de los orígenes a nuestros días*, p. 76ss.

<sup>12</sup> “el Papa detenta el saber porque detenta la verdad, y el saber le da el poder; es soberano universal porque sirve de intermediario, de ‘medium’, entre la sociedad y Dios; por eso ocupa ese lugar estratégico y soberano del encuentro entre la verdad y la política” Jean MEYER, *La gran controversia. Las iglesias católica y ortodoxa de los orígenes a nuestros días*, p. 78.

<sup>13</sup> Cf. CONCÍLIO VATICANO II, Const. Dogm. *Lumen gentium*, n. 27.

serviço moderno de relações exteriores”<sup>14</sup>. Na realidade, o papa já enviava núncios para diversas partes desde há bastantes séculos. Os primeiros núncios foram a Constantinopla, no século V. De fato, como o autor acrescenta mais adiante, S. Gregório Magno foi enviado a essa cidade como representante papal. Pensamos que as palavras de Meyer se referem principalmente à ampliação da *praxis* de enviar núncios que aconteceu no século XII, e não significa que isto não se fizesse antes.

Na mesma linha da afirmação do papado, diz-nos que “o culto à pessoa do papa, que chegará ao seu apogeu a partir de Pio IX, no século XIX, e continuará até ao presente século XXI na pessoa de João Paulo II, manifesta-se em termos quase rituais”<sup>15</sup>. Esta frase, que procura abarcar um intervalo de sete séculos de devoção ao papa, necessitaria de mais alguma informação, talvez relativa ao cerimonial das cortes da Europa da época medieval e da corte bizantina, que ajudasse a interpretá-la bem. Se não se fizer isto, o leitor fica com a impressão de que o autor está a aplicar ao passado o modo de ver o Papa que é próprio do século XIX, ou está dando voz ao modo de ver o Papa de alguns autores ortodoxos. Quem tiver lido a *Divina comédia* de Dante, só para citar uma obra conhecida, pode legitimamente perguntar-se se o “culto” à pessoa do papa é próprio daquela época ou, mais propriamente, é uma manifestação da piedade do século XIX que o autor aplica, com efeitos retroativos, aos séculos XII e XIII. É possível que a ausência desses esclarecimentos tenha sido procurada para simplificar a exposição, como o autor parece indicar na página 80, mas neste caso concreto impede a autocompreensão católica de como as coisas eram vistas e vividas. Quando muito, Meyer dá voz à compreensão que alguns ortodoxos têm delas.

Os argumentos que acabamos de precisar não negam o reforço do papado nos séculos XII-XIII, mas necessitam de uma chave de leitura para que o leitor não os tome no sentido que alguns autores ortodoxos (e outros católicos) dão-lhes ainda hoje. Se os católicos não captam o sentido em que foram tomadas algumas medidas, não conhecerão a sua história nem parte da sua identidade. E não é um bom princípio para o diálogo ecumênico tomar como própria a identidade que os outros lhes atribuem sem – antes – a submeter à verificação que for possível. Cremos

---

<sup>14</sup> MEYER, Jean. *La gran controversia. Las iglesias católica y ortodoxa de los orígenes a nuestros días*, p. 79.

<sup>15</sup> MEYER, Jean. *La gran controversia. Las iglesias católica y ortodoxa de los orígenes a nuestros días*, p. 79.

que Meyer não tem essa intenção, porque aquilo que lhe interessa mais é mostrar como é que os católicos são vistos pelos ortodoxos.

Também temos algumas dúvidas sobre o modo de avaliar o juridicismo medieval (p. 77 e 79), segundo os parâmetros jurídicos de hoje, quer dizer, falando de antecipação e de prefiguração do Estado moderno no direito pontifício dos séculos XII e XIII. As citações que Meyer faz da obra de Pierre Legendre<sup>16</sup>, talvez com uma tradução suscetível de ser melhorada, não ajudam a ver claramente a questão. É possível que os elementos de continuidade entre o renascimento do direito – no século XII e seguintes – e a ciência jurídica moderna estejam principalmente na técnica jurídica. No entanto, parece que o direito moderno das sociedades não está relacionado com a verdade, quer dizer, com as implicações jurídicas da realidade, mas, sim, com o que se decidiu ou legislou. Isto pressupõe que o Estado moderno é o produto do acordo de várias vontades com um fim preciso e determinado (um “contrato social”), não necessariamente igual à ideia que as nações europeias medievais tinham. Se isto não se explicita, as leituras sobre o despertar do direito canônico, por mais antecipadoras que possam parecer em relação aos estados modernos, acabam por ser de pouca ajuda, ou manifestam simplesmente a opinião de alguns ortodoxos.

Antes de continuar, parece interessante fazer um breve *excursus*, na companhia do autor, para recordar que, na Idade Média, a sociedade cristã era vista como uma unidade. Era uma mesma sociedade na qual existiam dois poderes distintos, um moderado pelo papa e outro pelo imperador. Em grandes linhas, esta é a doutrina gelasiana de finais do século V<sup>17</sup>. Ela esteve vigente até ao pontificado de Bonifácio VIII. E é neste enquadramento que se entendem as lutas do papado com o império.

Meyer descreve a concentração de poderes no papa a partir de São Gregório VII até Bonifácio VIII<sup>18</sup>. Embora estejamos de acordo com a sua visão, nas suas linhas gerais, pensamos que é interessante indicar que na época de Bonifácio VIII e da bula *Unam sanctam* (p. 83) dá-se uma mudança à qual poucas vezes se presta atenção: o desaparecimento de uma única sociedade sob as forças centrípetas das nações – Filipe IV,

<sup>16</sup> LEGENDRE, Pierre. *Sur la question dogmatique en Occident*. Paris, Fayard: 1999.

<sup>17</sup> Cf. GELASIO I. Carta *Famuli vestrae pietatis* (a. 494), em DH 347.

<sup>18</sup> Cf. Jean MEYER. *La gran controversia. Las iglesias católica y ortodoxa de los orígenes a nuestros días*, p. 80-87.

da França, é um exemplo disso –. Nessa altura, deixou de existir uma única cristandade, ainda que as nações emergentes se declarassem todas católicas e seja um erro pensar nelas à imagem dos estados liberais modernos. De fato, no interior de cada nação emergente havia uma unidade – pelo menos nos séculos XIII-XV – com dois poderes: o civil e o espiritual (por vezes na mesma pessoa). Em um nível superior às nações, uma vez perdido o fator aglutinador do imperador e da cristandade a ele associada, restou apenas o papa como polo de unidade. Deu-se então o abandono da doutrina gelasiana (uma sociedade com dois poderes no seu interior), a favor da ideia do papado como único polo de unidade que tem na sua mão os dois poderes, dando o uso do poder temporal ao rei. Uma mudança sutil, mas de enorme importância, visto que o papa ficava fora da concepção societária e na posse dos dois poderes. Isto não acontecia na doutrina gelasiana. Portanto, o abandono da doutrina gelasiana deve-se a acontecimentos internos e externos à vida da Igreja, e parte da época tratada – dos séculos XI a XIII – recusa-se a ser lida só à luz do século XIV.

Parece-nos muito surpreendente, mas correta, a indicação das vantagens do cesaropapismo no Oriente – também qualificado pela “sinfonia” entre a Igreja e o Império – e no Ocidente<sup>19</sup>. O habitual é depararmo-nos com a crítica deste sistema, sem qualquer espaço para os grandes favores que realizou na vida da Igreja<sup>20</sup>. É preciso ter em conta que até o século XVI – até as guerras de religião – os reis tinham sob sua responsabilidade a salvação eterna dos seus súditos. Este princípio e modo de entender-se a si mesmos e ao seu governo é um corolário do modo de ver as coisas presente na “sociedade unitária” que existiu até o fim da Idade Média (com mais ou menos aproximação, segundo os âmbitos). Das guerras de religião em diante, o governante passou a ocupar-se apenas da vida terrena dos seus súditos, em harmonia e em paz, evitando que a questão do caminho para o Céu fosse objeto de discussão social ou de guerras. A partir de então o cesaropapismo desapareceu, sendo substituído pela mais conhecida aliança entre o trono e o altar (tipicamente barroca e do Iluminismo) que acabou por prejudicar a

<sup>19</sup> Cf. Jean MEYER, *La gran controversia. Las iglesias católica y ortodoxa de los orígenes a nuestros días*, p. 94ss.

<sup>20</sup> Por exemplo, é impossível pensar na Igreja brasileira hoje sem considerar a ação realizada pelos padres portugueses nos primeiros séculos de evangelização. Fazer uma leitura “regalista” de toda a ação portuguesa na Igreja brasileira seria, além de redutor, superficial.

Igreja no final do século XVIII e no século XIX. Cesaropapismo e aliança entre trono e altar não são a mesma coisa, mas por vezes não se aprecia bem a diferença entre estes dois modos de ver a relação da Igreja com as instituições e realidades civis. Mais uma vez, o conhecimento da consciência que a Igreja tem do seu lugar no mundo e das suas relações com a sociedade e as instituições civis varia ao longo da história, sendo importante saber qual é para perceber corretamente o sentido de alguns acontecimentos e afirmações.

A relação da Igreja com os governos liberais do século XIX (sob a veste de impérios, repúblicas e monarquias mais ou menos cristãs, etc.) esteve cheia de tensões, porque eles continuaram a relacionar-se com ela sob o modelo da aliança entre o trono e o altar. Essa experiência dolorosa e desgastante ainda permanece viva no ambiente cultural cristão de hoje. E a confusão entre cesaropapismo e aliança trono-altar não permite perceber as vantagens de uma colaboração que, naquele então e sob outras premissas, teve os seus êxitos. Por isso, é equilibrada e bemvinda a exposição que Meyer faz da questão.

Para concluir este pequeno *excursus* sobre o modo de ver a relação da Igreja com o poder civil, completamos o caminho realizado dizendo que, nos tempos de Leão XIII, deu-se outro passo. De uma situação de submissão prática da Igreja aos estados liberais, que desejavam dominar todas as dimensões do homem moderno e dominar sobre ela como “instituição ao serviço da religião” dentro do Estado, passou-se a uma compreensão da Igreja como *societas perfecta et inaequalis*. A ideia da Igreja como “sociedade perfeita e sem par” foi a resposta de Leão XIII, antecipada em certa medida pelo beato Pio IX, às pretensões dos estados liberais que queriam continuar a manter nas suas mãos o governo das suas igrejas nacionais. A desvantagem desta medida foi a separação entre a Igreja – agora convertida em uma sociedade distinta, auto suficiente e mais alta que o Estado – e a sociedade civil. No fim do século XIX, por tanto, já não temos uma sociedade com dois poderes no seu interior, que era o modelo medieval (pelo menos o gelasiano), mas, sim, duas sociedades autônomas e auto suficientes com dois fins distintos, um dos quais mais elevado que o outro. Tais fins, desiguais, caracterizam as duas sociedades, respectivamente, e fazem com que uma delas seja superior à outra. Este modelo ainda continua vigente no subconsciente de muitos cristãos, 40 anos depois do Concílio Vaticano II, entre outras coisas porque o século XX presenciou muitos atropelos à Igreja que têm um, por assim dizer, “sabor

decimonônico”<sup>21</sup>. Na medida em que este modo de ver a Igreja estiver presente entre os católicos, levá-los-á a compreender com essas categorias a situação medieval, isto é, conhecê-la-ão de forma muito imprecisa e anacrônica, visto que ela era bastante diferente.

Queremos, em fim, assinalar uma última questão que nos pareceu ter ficado sem resposta. Nas páginas 370 e 377, Meyer afirma que a Virgem disse, em Fátima, que a Rússia se “converteria ao catolicismo” (p. 370) ou regressaria ao seio da Igreja romana<sup>22</sup>. Da leitura do texto não se percebe bem se esta era uma suposição de Meyer ou se corresponde à realidade. Segundo os dados que conseguimos consultar, a Virgem Maria em Fátima não disse que a Rússia se converteria ao catolicismo, mas, sim, que a Rússia se converteria “dos seus erros”. Também é muito pouco frequente, nos ambientes católicos próximos do Oriente, empregar a palavra “conversão” para exprimir a união com a Igreja Católica. Parece, portanto, que estamos perante uma suposição de Meyer, ou de d’Herbigny. Por fim, na página 427 diz que o Papa João Paulo II foi a Fátima em 1993. Segundo os nossos dados, o Papa João Paulo II esteve em Fátima três vezes: 1982, 1991 e 2000.

Deixando de lado algumas imprecisões deste tipo, explicáveis pela grande quantidade de dados que o autor teve de considerar e pelo seu esforço de síntese, verdadeiramente notável, o restante do discurso parece refletir de forma satisfatória a bibliografia consultada. Além disso, convém ter em conta que Meyer quis que os leitores ocidentais conhecessem melhor os ortodoxos. Esse desejo levou-o a dar voz a algumas opiniões ortodoxas sobre os católicos que não são necessariamente partilhadas por ele, mas que parecem inclinar o discurso a favor deles. Assinalamos alguns temas, da época medieval, em que isto se manifesta de forma clara<sup>23</sup>.

Compensa acrescentar um dado que, quando o livro foi escrito, não era possível prever: a união entre a Igreja ortodoxa russa e a Igreja ortodoxa livre – mais conhecida pelo seu nome inglês: *Russian Orthodox Church Outside of Russia* –, realizada no dia 17 de maio de 2007 em Moscou. Com esta união terminava um importante cisma interno do

<sup>21</sup> Entendemos a expressão “sabor decimonônico” como um adjetivo que caracteriza alguns atropelos feitos à Igreja que parecem muito semelhantes àqueles que se verificaram em muitas partes do mundo no século XIX.

<sup>22</sup> Cf. Jean MEYER, *La gran controversia. Las iglesias católica y ortodoxa de los orígenes a nuestros días*, p. 377.

<sup>23</sup> Vide *supra*.

patriarcado de Moscovo que durava já há 80 anos. Foi mais um passo na consolidação do patriarcado de Moscou que ainda deverá enraizar-se progressivamente. Esperamos que possa contribuir para uma maior abertura ao diálogo com as outras igrejas presentes na Rússia.

Meyer mostra uma atenção especial pela Igreja católica rutena, ou greco-católica, atualmente reunida sob o arcebispo-maior de Lvov. Na realidade, a sua sede foi trasladada recentemente para Kiev. As vicissitudes desta Igreja ao longo dos seus 500 anos de existência ao lado da Igreja católica de rito latino, sofrendo por vezes uma “latinização forçada” por parte dos latinos e até das próprias autoridades russas, que não admitem “meios-termos”, são objeto de reflexão para o leitor católico latino de línguas espanhola e portuguesa. A atitude das igrejas de rito latino em relação a estas igrejas irmãs na fé (greco-católicas) será, no futuro, a pedra de toque do ecumenismo com o Oriente. Neste contexto veja-se o interessante discurso do Papa Bento XVI aos bispos latinos da Ucrânia, de 24-9-2007. O livro apresenta uma variedade de atitudes históricas que leva à convicção de uma maior conhecimento da vida e da história destas igrejas nos países de línguas espanhola e portuguesa.

## Conclusão

Já ficou patente que não se trata de um livro para especialistas ou historiadores – que sentiriam a falta de consulta de arquivos, entre outras coisas – mas, sim, de uma obra que preenche um vazio na literatura de língua espanhola (e portuguesa) sobre a relação entre o Oriente e o Ocidente. Neste caminho para a reconciliação, pensamos que uma das primeiras tarefas a resolver é a superação dos preconceitos que têm os católicos e a falta de conhecimentos da vida da Igreja Católica nos mil anos da Idade Média, pois impedem perceber as suas raízes mais profundas e a sua identidade. Sem raízes, sem identidade, ou com conflitos de identidade, não é possível que o diálogo tenha frutos.

Pode dizer-se que o livro cumpre com um dos objectivos da Carta *Orientalis Lumen* de João Paulo II<sup>24</sup> e com uma das linhas do decreto

<sup>24</sup> “Penso que uma forma importante de crescermos na compreensão recíproca e na unidade, consiste precisamente em melhorar o nosso conhecimento uns dos outros. Os filhos da Igreja Católica já conhecem os caminhos que a Santa Sé indicou para que eles possam atingir tal objectivo: conhecer a liturgia das Igrejas do Oriente; aprofundar o conhecimento das tradições espirituais dos Padres e Doutores do

*Unitatis Redintegratio* (cf. nº 9): aproximar o Oriente do Ocidente. Pensamos que os objetivos que o autor se propôs também foram cumpridos, e pedimos-lhe que faça agora uma pesquisa que ajude a desfazer alguns preconceitos que os católicos possuem ainda sobre a sua própria história e identidade. Esse será um trabalho complementar ao que acabamos de percorrer. Os dois juntos serão um válido instrumento de unidade e servirão à compreensão mútua Oriente e Ocidente. Enfim, esperamos que no futuro se possa continuar a dar novos passos com mais publicações do mesmo tipo em linguas portuguesa ou espanhola.

---

Oriente cristão; seguir o exemplo das Igrejas do Oriente na inculturação da mensagem do Evangelho; combater as tensões entre Latinos e Orientais e estimular o diálogo entre Católicos e Ortodoxos; formar, em instituições especializadas sobre o Oriente cristão, teólogos, liturgistas, historiadores e canonistas, que, por sua vez, possam difundir o conhecimento das Igrejas do Oriente; oferecer, nos seminários e faculdades teológicas, um ensino adequado sobre tais matérias, sobretudo aos futuros sacerdotes. São indicações sempre muito válidas, sobre as quais desejo insistir com ênfase particular” JOÃO PAULO II, Carta Ap. *Oriente lumen* (2-V-1995), nº 24.